



ÁREA DO

CONCURSEIRO

SIMULADO DIREITO PENAL

Prezado Cliente,

Com o objetivo de fornecer um material preparatório para os clientes da Editora Solução, estamos disponibilizando conteúdo didáticos gratuitos, que foram utilizados em nossas apostilas.

Nossa intenção é oferecer conteúdos de qualidade e principalmente, manter nossos candidatos atualizados e motivados para a conquista do sonhado cargo público.

Vamos a luta, há muitas etapas para serem cumpridas!

Comece agora, comece pela maneira certa!

150) (SAAE-SÃO CARLOS-PROCURADOR JURÍDICO- VUNESP- 2009) Com relação ao crime tentado, é correto afirmar que

- a) só é punível quando houver expressa previsão legal nesse sentido, em atenção ao princípio da tipicidade.
- b) salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços.
- c) não é possível ser reconhecida a modalidade tentada em nenhuma espécie de crime omissivo.
- d) subsiste a punição por tentativa, ainda que fique comprovada a ineficácia absoluta do meio.
- e) subsiste a punição por tentativa, ainda que fique comprovada a absoluta impropriedade do objeto.

RESPOSTA: B, conforme artigo 14, parágrafo único do CP.

151) (PCSP- DELEGADO DE POLÍCIA- ACADEPOL 1990) Na contagem de prazo, no Código Penal, foi adotado

- a) o número real de dias
- b) o calendário gregoriano (comum)
- c) o mesmo sistema de Código de Processo Penal.
- d) a prorrogação de prazo

RESPOSTA: B. segundo o artigo 10 a contagem de prazo é o do calendário comum.

152) (PCSP- DELEGADO DE POLÍCIA- ACADEPOL 1990) A reparação do dano no peculato culposo é possível

- a) somente no peculato culposo
- b) somente no peculato doloso
- c) tanto no peculato culposo como no doloso, desde que seja anterior à sentença irrecorrível.
- d) tanto no peculato culposo como no doloso, mesmo após o trânsito em julgado da sentença condenatória.

RESPOSTA: A. Tal hipótese é prevista no artigo 312, §3º, do CP.

154) (PCSP- DELEGADO DE POLÍCIA- ACADEPOL 1990) “A”, proprietário de um apartamento, subtrai da área comum do prédio um relógio de parede, na hipótese,

- a) o agente não cometeu qualquer delito.
- b) o agente cometeu o delito de apropriação indébita.
- c) o agente cometeu o crime de furto de coisa comum.
- d) o agente cometeu o delito de estelionato.

RESPOSTA: C, segundo artigo 156 do CP.

155) (PCSP- DELEGADO DE POLÍCIA- ACADEPOL 1990) Funcionário Público que exige taxa que sabe ser indevida comete algum crime ?

- a) não comete crime
- b) comete o crime de concussão.
- c) comete o crime de corrupção passiva
- d) comete o crime de excesso de exação.

RESPOSTA: D, segundo artigo 316, §1º, do CP.

156) (PCSP- DELEGADO DE POLÍCIA- ACADEPOL 1990) Quando um particular oferece vantagem indevida a um funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício, e este recusa, ocorre

- a) corrupção ativa em concurso com tentativa de corrupção passiva.
- b) corrupção ativa
- c) corrupção passiva em concurso com tentativa de corrupção ativa.
- d) corrupção ativa em concurso com corrupção passiva.

RESPOSTA: B, Pois só houve o oferecimento da vantagem pelo particular, nada dispondo a questão sobre o funcionário, apenas afirmando que recusa. Portanto, só houve o crime da corrupção ativa, do artigo. 333, do CP.

157) (PCSP- DELEGADO DE POLÍCIA- ACADEPOL 1990) O advogado ou procurador judicial que defende na mesma causa, simultânea ou sucessivamente, partes contrárias

- a) comete o crime de patrocínio infiel.
- b) comete o crime de tergiversação.
- c) comete o crime de advocacia administrativa.
- d) não comete crime algum, apenas viola o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.

RESPOSTA: A. Pois tal crime é previsto no artigo 355, do CP.

158) (PCSP- DELEGADO DE POLÍCIA- ACADEPOL 1990) Constitui pressuposto subjetivo para a concessão do livramento condicional da pena

- a) ser a pena privativa de liberdade igual ou superior a dois anos.
- b) ter o sentenciado bom comportamento carcerário
- c) ter o sentenciado, cumprido, se não reincidente, mais da metade da pena.
- d) ter o sentenciado requerido diretamente o livramento.

RESPOSTA: B, conforme previsto no artigo 83, III, que deve ser verificado individualmente para cada preso.

159) (PCSP- DELEGADO DE POLÍCIA- ACADEPOL 1990) Funcionário público que concorre para que terceiro subtraia dinheiro, valor ou bem que se achava sob a custódia da administração pública, em proveito próprio ou alheio, valendo-se da facilidade que lhe proporciona essa qualidade, pratica

- a) peculato apropriação.
- b) peculato desvio
- c) peculato furto.
- d) peculato culposos.

RESPOSTA: C, de acordo com o artigo 312, §1º, do CP.

160) (PCSP- DELEGADO DE POLÍCIA- ACADEPOL 1990) Deixar o funcionário de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo, por indulgência, comete o crime de

- a) prevaricação
- b) condescendência criminosa
- c) advocacia administrativa
- d) concussão

RESPOSTA: B, conforme artigo 320 do CP.